




**AGRICULTURA FAMILIAR E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UM ESTUDO
EM ESCOLAS ESTADUAIS DE ARACAJU/SE**

**FAMILY FARMING AND SCHOOL FEEDING WITHIN THE NATIONAL
SCHOOL FEEDING PROGRAM (PNAE): A STUDY IN STATE SCHOOLS IN
ARACAJU/SE**

**AGRICULTURA FAMILIAR Y ALIMENTACIÓN ESCOLAR DENTRO DEL
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (PNAE): UN
ESTUDIO EN ESCUELAS ESTATALES DE ARACAJU/SE**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n60-050>

Data de submissão: 22/04/2026

Data de publicação: 22/05/2026

Noel de Jesus Andrade

Mestrando em Saúde Pública

Instituição: Christian Business School

E-mail: noeljandrade@gmail.com

RESUMO

Considerando a importância da alimentação escolar como direito social e instrumento de promoção da segurança alimentar e nutricional, este estudo analisa a importância e o impacto da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em escolas públicas estaduais do município de Aracaju/SE. Objetiva-se compreender de que modo a inserção de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar contribui para a qualidade da alimentação escolar, para a sustentabilidade alimentar e para o desenvolvimento local. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de estudo de campo, pesquisa bibliográfica e documental, com uso de entrevistas semiestruturadas e análise de cardápios e processos de aquisição de alimentos. Os resultados indicam que a agricultura familiar favorece a oferta de alimentos frescos, diversificados, regionais e nutricionalmente adequados, fortalecendo hábitos alimentares saudáveis e a economia local. Contudo, foram identificados entraves logísticos, burocráticos e operacionais que limitam a efetividade do programa. Conclui-se que a agricultura familiar é estratégica para o fortalecimento do PNAE, desde que sejam aprimoradas a gestão, a articulação institucional e as condições de fornecimento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Alimentação Escolar. PNAE. Segurança Alimentar e Nutricional. Sustentabilidade Alimentar.

ABSTRACT

Considering the importance of school feeding as a social right and as an instrument for promoting food and nutrition security, this study analyzes the importance and impact of family farming within the National School Feeding Program (PNAE) in state public schools in the municipality of Aracaju, Sergipe, Brazil. The objective is to understand how the inclusion of food products from family farming contributes to the quality of school meals, food sustainability, and local development. To this end, a qualitative, applied, descriptive, and exploratory study was conducted through field research, bibliographic review, and documentary analysis, using semi-structured interviews and the analysis of



school menus and food procurement processes. The results indicate that family farming contributes to the provision of fresh, diversified, regional, and nutritionally adequate foods, strengthening healthy eating habits and the local economy. However, logistical, bureaucratic, and operational obstacles were identified, limiting the full effectiveness of the program. It is concluded that family farming plays a strategic role in strengthening the PNAE, provided that management processes, institutional coordination, and supply conditions are improved.

Keywords: Family Farming. School Feeding. PNAE. Food and Nutrition Security. Food Sustainability.

RESUMEN

Considerando la importancia de la alimentación escolar como derecho social e instrumento de promoción de la seguridad alimentaria y nutricional, este estudio analiza la importancia y el impacto de la agricultura familiar en el ámbito del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en escuelas públicas estatales del municipio de Aracaju, Sergipe, Brasil. El objetivo es comprender de qué manera la inserción de alimentos provenientes de la agricultura familiar contribuye a la calidad de la alimentación escolar, a la sostenibilidad alimentaria y al desarrollo local. Para ello, se realizó una investigación cualitativa, de naturaleza aplicada, con carácter descriptivo y exploratorio, desarrollada mediante estudio de campo, investigación bibliográfica y documental, con el uso de entrevistas semiestructuradas y análisis de menús escolares y procesos de adquisición de alimentos. Los resultados indican que la agricultura familiar favorece la oferta de alimentos frescos, diversificados, regionales y nutricionalmente adecuados, fortaleciendo hábitos alimentarios saludables y la economía local. Sin embargo, se identificaron obstáculos logísticos, burocráticos y operativos que limitan la plena efectividad del programa. Se concluye que la agricultura familiar es estratégica para el fortalecimiento del PNAE, siempre que se mejoren la gestión, la articulación institucional y las condiciones de suministro.

Palabras clave: Agricultura Familiar. Alimentación Escolar. PNAE. Seguridad Alimentaria y Nutricional. Sostenibilidad Alimentaria.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil convive historicamente com profundas desigualdades sociais e alimentares, fortemente associadas à estrutura fundiária concentrada, à marginalização das populações rurais e à exclusão de comunidades periféricas dos processos de desenvolvimento socioeconômico. A insegurança alimentar, nesse cenário, figura como uma das expressões mais visíveis dessas desigualdades, afetando de forma acentuada crianças em idade escolar, sobretudo aquelas inseridas em contextos de vulnerabilidade social. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o direito humano à alimentação adequada constitui-se como uma condição fundamental para o exercício pleno da cidadania, devendo ser assegurado por meio de políticas públicas estruturantes, intersetoriais e territorializadas (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

Nas últimas décadas, o Brasil implementou importantes marcos legais e institucionais voltados à promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), com destaque para a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2006, e para a promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que consolidaram a alimentação como direito e ampliaram o papel do Estado na garantia desse direito. Tais avanços normativos caminharam ao lado de instrumentos orientadores, como o Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2006 e revisado em 2014, que passou a incorporar a classificação NOVA, valorizando o consumo de alimentos *in natura*, minimamente processados e culturalmente adequados, em contraposição à disseminação de ultraprocessados (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Brasil, 2006; Brasil, 2014; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

A educação alimentar e nutricional (EAN) foi, igualmente, ganhando centralidade nas políticas públicas de saúde e educação, especialmente com sua incorporação às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Com a promulgação da Lei nº 11.947/2009, o PNAE foi reformulado, determinando que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) devem ser utilizados na compra direta de alimentos provenientes da agricultura familiar. Tal medida fortaleceu a articulação entre o direito à alimentação saudável e a valorização da produção local, promovendo o desenvolvimento rural sustentável, a economia solidária e a inclusão produtiva de pequenos agricultores (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Brasil, 2009; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

A agricultura familiar, embora presente desde os primórdios da história agrária brasileira, passou a ter reconhecimento institucional a partir do PRONAF, em 1996, e da Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu critérios para sua caracterização. Estima-se que esse segmento seja responsável por cerca de 70% dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros, sendo fundamental para a soberania

alimentar, a biodiversidade agrícola e a geração de emprego no campo (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Brasil, 2009; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

Apesar dos avanços legais e normativos, a implementação efetiva do PNAE, sobretudo no que tange à aquisição de gêneros da agricultura familiar, ainda enfrenta entraves. Em contextos regionalmente vulnerabilizados, como o da região Nordeste, são recorrentes os desafios relacionados à logística de transporte e distribuição, aos processos burocráticos de contratação, à capacitação técnica dos agricultores e à articulação entre os diversos atores envolvidos, tal como os gestores escolares, os nutricionistas, os fornecedores e as instâncias públicas de controle.

Por tanto, ainda que se reconheça o potencial da agricultura familiar para qualificar a alimentação escolar com produtos frescos, diversificados e regionais, sua integração plena ao PNAE carece de avaliação empírica aprofundada. Diante desse cenário, parte-se da hipótese de que a agricultura familiar tem desempenhado um papel relevante na qualificação da alimentação escolar em Aracaju, embora sua atuação seja atravessada por obstáculos estruturais que limitam sua efetividade. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a responder à seguinte questão norteadora: “Qual a importância e o impacto da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na rede estadual de ensino de Aracaju/SE, para a promoção da segurança alimentar, nutricional e da sustentabilidade alimentar?”

A alimentação escolar configura-se como um direito social fundamental, com impactos diretos sobre a saúde, o desenvolvimento e o desempenho escolar de crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa uma das principais políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil, ao garantir o fornecimento regular de refeições adequadas do ponto de vista nutricional, sanitário e cultural para os estudantes da rede pública de ensino.

Além do caráter nutricional, o PNAE apresenta um importante potencial indutor de desenvolvimento local sustentável, ao estabelecer, por força legal, a obrigatoriedade da destinação mínima de 30% dos recursos do programa para a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Essa diretriz promove a valorização da produção local, estimula circuitos curtos de comercialização, gera renda no meio rural e contribui para a preservação da agrobiodiversidade e das práticas alimentares regionais. A agricultura familiar, por sua vez, tem papel estratégico na promoção da soberania alimentar, sendo responsável por parcela significativa da produção de alimentos frescos, diversificados e de base agroecológica no país.

Apesar do avanço normativo, persistem desafios práticos e estruturais que dificultam a plena efetivação dessa diretriz, como barreiras logísticas, entraves burocráticos, dificuldades de articulação entre entes públicos e agricultores, e a insuficiência de estratégias de capacitação técnica e apoio institucional. Em muitos contextos locais, inclusive em capitais nordestinas como Aracaju/SE, há

lacunas de conhecimento sobre a operacionalização efetiva do PNAE, a diversidade dos gêneros alimentícios fornecidos, o grau de aderência nutricional dos cardápios escolares e o nível real de participação da agricultura familiar nesse processo.

Diante disso, o presente estudo justifica-se pela necessidade de produzir evidências empíricas que permitam compreender, de forma integrada e contextualizada, a importância e o impacto da agricultura familiar na alimentação escolar pública no município de Aracaju. A abordagem adotada, ao articular a perspectiva de diferentes atores sociais, sendo gestores escolares, agricultores familiares e representantes institucionais do programa, possibilita uma análise multissetorial e aprofundada dos fatores que favorecem ou dificultam a efetividade da política.

Além de preencher uma lacuna na literatura regional sobre o tema, a pesquisa pretende subsidiar a formulação de estratégias de aprimoramento da execução do PNAE, contribuindo para o fortalecimento de práticas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequadas nas escolas. Também poderá orientar gestores públicos na tomada de decisões mais sensíveis às realidades locais e fomentar o reconhecimento do papel estratégico da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento territorial sustentável.

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância e o impacto da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, considerando sua contribuição para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade alimentar nas escolas públicas estaduais do município de Aracaju, Sergipe. Parte-se do entendimento de que a inserção de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar no PNAE não apenas amplia a oferta de alimentos mais saudáveis e adequados às necessidades dos estudantes, mas também fortalece práticas alimentares alinhadas à cultura local e à sazonalidade produtiva. Nesse sentido, busca-se compreender de que maneira essa articulação influencia a qualidade da alimentação escolar, o desenvolvimento dos alunos e a consolidação de um modelo mais sustentável de produção e consumo de alimentos, ao mesmo tempo em que estimula a economia local e valoriza o trabalho dos agricultores familiares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A agricultura familiar, embora tenha ganhado visibilidade recente no debate político e institucional, possui raízes históricas profundas no Brasil. Desde o período colonial, a conformação territorial do país esteve estruturada na concentração fundiária, inicialmente com a adoção das capitanias hereditárias e, posteriormente, com a concessão das sesmarias, práticas que beneficiaram as elites e limitaram sistematicamente o acesso à terra por parte das populações menos favorecidas. Esse modelo excludente foi consolidado ao longo dos séculos com a expansão do latifúndio monocultor,

sustentado pela exploração do trabalho escravizado de povos indígenas e africanos (Grossi; Marques, 2013; Wanderley, 2014).

Apesar da marginalização imposta aos pequenos produtores, práticas agrícolas de subsistência estiveram presentes desde os primeiros contatos entre os povos indígenas e os colonizadores. Povos originários já desenvolviam sistemas diversificados de cultivo antes da colonização. No decorrer do processo histórico, diversos grupos, tal como indígenas, africanos escravizados, mestiços e imigrantes, contribuíram para a conformação do campesinato brasileiro, mesmo sob condições de exclusão e subalternidade. populações mantinham práticas agrícolas baseadas na diversidade e na sustentabilidade, em contraste com o modelo exportador dominante (Grossi; Marques, 2013; Wanderley, 2014).

A partir da década de 1950, iniciou-se a chamada Revolução Verde, caracterizada pela mecanização, uso intensivo de insumos químicos, sementes geneticamente modificadas e ampliação da irrigação. Embora promovida como solução para o aumento da produtividade e segurança alimentar, essa modernização beneficiou majoritariamente os grandes proprietários rurais e aprofundou as desigualdades sociais, ambientais e territoriais, contribuindo para o êxodo rural e o abandono de saberes tradicionais (Grossi; Marques, 2013; Wanderley, 2014).

Nesse contexto, a agricultura familiar no Brasil permaneceu por muito tempo à margem das políticas públicas. Somente a partir da década de 1990, impulsionada pela atuação de movimentos sociais e pela reorientação das políticas de desenvolvimento rural, passou a ser reconhecida como uma categoria estratégica. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, e a promulgação da Lei nº 11.326/2006 representaram marcos significativos, ao definirem o agricultor familiar como aquele que desenvolve atividades em pequena escala, com uso predominante de mão de obra familiar, renda proveniente da própria unidade produtiva e gestão compartilhada. (Brasil, 2006; Conti; Bazotti; Radomsky, 2015; Grossi; Marques, 2013).

A referida legislação também reconheceu a diversidade dos sujeitos da agricultura familiar, incluindo silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, assentados da reforma agrária, povos indígenas e comunidades quilombolas. Essa concepção ampliada insere a agricultura familiar como um modelo produtivo baseado na diversidade, sustentabilidade, na valorização dos saberes tradicionais e na promoção da justiça socioambiental (Grossi; Marques, 2013; Wanderley, 2014).

Além de seus aspectos produtivos, a agricultura familiar é reconhecida por promover impactos positivos à sustentabilidade ambiental, com práticas que reduzem a degradação do solo, a poluição hídrica e a perda da biodiversidade, em contraste com os danos frequentemente associados ao agronegócio. Representa, ainda, um espaço de sociabilidade, conservação da agrobiodiversidade e

transmissão de valores culturais. Nesse sentido, destaca-se sua multifuncionalidade: econômica, social, ecológica e cultural (Grossi; Marques, 2013; Wanderley, 2014).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), a agricultura familiar é responsável por cerca de 80% da produção mundial de alimentos e está presente em 90% das propriedades agrícolas do planeta. No Brasil, dados indicam que 70% dos alimentos consumidos no país provêm desse segmento, o que evidencia sua relevância para a soberania alimentar, o combate à fome, o desenvolvimento regional e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Nesse cenário, a agricultura familiar assume papel central na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, entendida pela Lei nº 11.346/2006 como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e com base em práticas sustentáveis. A Política Nacional de SAN (PNSAN) e os Planos Nacionais elaborados pela CAISAN (2011; 2018) destacam a agricultura familiar como eixo estratégico para a efetivação do direito humano à alimentação adequada, sobretudo em territórios marcados por desigualdades (Brasil, 2006; Brasil, 2018).

Essas diretrizes apontam que a insegurança alimentar no Brasil está associada a fatores estruturais como a concentração de terras, a pobreza rural, a fragilidade de políticas públicas e as desigualdades étnico-raciais e de gênero. Dessa forma, políticas como o PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) articulam o fortalecimento da agricultura familiar com o combate à fome e à pobreza, promovendo circuitos curtos de comercialização e valorização da produção local (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

A inclusão da alimentação no rol de direitos sociais pela Emenda Constitucional nº 64/2010 consagrou juridicamente esse direito no Brasil, exigindo maior responsabilização do Estado na construção de políticas públicas estruturantes. Além disso, o Brasil participou ativamente de pactos internacionais em defesa da SAN, como a criação da FAO (1945), da OMS (1948), a Cúpula Mundial da Alimentação (1996) e, internamente, com a atuação do Conselho Nacional de SAN (CONSEA), que teve papel estratégico na formulação de políticas e foi descontinuado e reconstituído ao longo dos ciclos políticos (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Brasil, 2010).

A partir de 2001, o programa Fome Zero, do Governo Federal, consolidou um novo ciclo de políticas públicas com foco na SAN, incluindo transferência de renda, acesso à alimentação básica e estímulo à agricultura familiar. Em 2006, a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) fortaleceu a governança intersetorial e a participação social, reconhecendo a alimentação como um direito humano indivisível (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Brasil, 2001; Brasil, 2006).

Nesse contexto, a agricultura familiar ultrapassa o papel produtivo: ela constitui uma expressão de resistência frente à homogeneização dos sistemas alimentares, ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade, a inclusão social e o direito à alimentação. Sua integração em políticas como o PNAE potencializa transformações estruturais na qualidade da alimentação escolar e no fortalecimento das economias locais. Assim, compreender o papel da agricultura familiar na SAN significa reconhecer sua centralidade no enfrentamento das desigualdades alimentares e na promoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, solidário e justo (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) COMO POLÍTICA ESTRUTURANTE: INTERFACES COM A AGRICULTURA FAMILIAR E A SOBERANIA ALIMENTAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem origem na década de 1950, quando o Brasil passou a estruturar políticas públicas voltadas à oferta de alimentação escolar como forma de combate à desnutrição e incentivo à frequência escolar. Inicialmente voltado à suplementação alimentar, o programa evoluiu ao longo das décadas, ampliando sua abrangência, estrutura e escopo. Consolidou-se, assim, como o maior programa de alimentação escolar da América Latina e um dos mais abrangentes do mundo, com foco na promoção da segurança alimentar e nutricional de estudantes da rede pública (Liebermann; Bertolini, 2015; Santos; Torres, 2021).

Ao longo de sua trajetória, o PNAE incorporou princípios orientados pela sustentabilidade, pela valorização da produção local e pela promoção da alimentação saudável, culturalmente adequada e ambientalmente responsável. Um marco decisivo nesse processo foi a promulgação da Lei nº 11.947, de 2009, que estabeleceu a obrigatoriedade de destinar, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação à compra direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Essa medida reposicionou o programa dentro de uma lógica de soberania alimentar e desenvolvimento rural sustentável (Brasil, 2009; Liebermann; Bertolini, 2015; Santos; Torres, 2021).

Além disso, a legislação passou a priorizar alimentos orgânicos, agroecológicos e a produção de grupos historicamente vulnerabilizados, como assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas. Para facilitar a inserção desses sujeitos no mercado institucional, a lei flexibilizou os trâmites burocráticos tradicionais, substituindo o modelo de licitação por instrumentos como a chamada pública (Peixinho, 2013; Santos; Torres, 2021).

Tais mudanças transformaram o PNAE em uma política pública estruturante, indo além da lógica assistencialista. Com respaldo na Constituição Federal (Brasil, 1988) e em tratados internacionais, o programa passou a ser entendido como expressão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), integrando-se às políticas de saúde, educação e agricultura. Nesse sentido, o

PNAE contribui para o crescimento biopsicossocial dos estudantes, estimula a aprendizagem e colabora na formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância (Pedraza *et al.*, 2018; Santos; Torres, 2021).

Ao privilegiar alimentos frescos, sazonais e produzidos localmente, o programa fortalece circuitos curtos de comercialização, fomenta a economia solidária e promove a autonomia das comunidades quanto às suas escolhas alimentares. Trata-se de uma abordagem alinhada à noção de soberania alimentar, que defende o direito das populações de decidir sobre seus próprios sistemas produtivos e alimentares, em oposição à mercantilização e padronização global imposta por cadeias alimentares industriais (Leão, 2013; Santos; Torres, 2021).

Contudo, a operacionalização do PNAE ainda enfrenta desafios relevantes. Dificuldades logísticas, como transporte e armazenamento dos alimentos, burocracia nos processos de aquisição, desarticulação entre os calendários escolares e os ciclos produtivos, além da pressão de fornecedores privados, comprometem a regularidade da oferta alimentar. Esses entraves impactam diretamente a efetividade da política, exigindo uma atuação intersetorial articulada, com envolvimento das esferas federal, estadual e municipal, além de movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representantes da agricultura familiar (Silva *et al.*, 2023; Valadares *et al.*, 2022).

Por outro lado, os efeitos positivos da inserção da agricultura familiar no PNAE transcendem a alimentação escolar. Essa política tem incentivado a organização coletiva dos agricultores, estimulando a criação de cooperativas e associações, fortalecendo a governança local e promovendo práticas sustentáveis de produção. O programa também aproxima o campo da cidade, ressignificando o papel da escola como elo entre os sistemas alimentares e os territórios (Cunha; Freitas; Salgado, 2017; Santos; Torres, 2021).

Além dos impactos econômicos e ambientais, o PNAE assume uma função pedagógica essencial. A alimentação escolar torna-se um instrumento de educação alimentar e nutricional, capaz de sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância do consumo consciente e da valorização dos alimentos regionais. Em algumas localidades, ações de capacitação de merendeiras e atividades educativas têm sido implementadas, ampliando o alcance transformador da política (Santos; Torres, 2021; Silva *et al.*, 2023).

Nesse contexto, destaca-se o caráter intersetorial do PNAE, que integra as áreas de educação, saúde, assistência social e agricultura. Essa complexidade, ao mesmo tempo que impõe desafios, também potencializa os impactos do programa, desde que haja governança eficaz, participação social e sensibilidade às realidades territoriais (Santos; Torres, 2021; Silva *et al.*, 2023).

Em síntese, o PNAE representa uma política pública estratégica e consolidada, que articula o direito humano à alimentação com o fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento sustentável e a educação nutricional. A efetividade dessa política, contudo, depende da superação de

entraves estruturais, do aprimoramento das capacidades institucionais locais e do fortalecimento de uma cultura de compras públicas justa, transparente e sensível às particularidades regionais. Assim, a escola emerge não apenas como espaço de consumo, mas como território educativo e político, capaz de transformar os sistemas alimentares a partir de práticas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivas (Santos; Torres, 2021; Silva *et al.*, 2023).

2.3 PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA: ENTRE A EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E AS DIRETRIZES DO GUIA ALIMENTAR

O avanço das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), da obesidade infantil, das deficiências nutricionais e dos transtornos alimentares em crianças e adolescentes passou a impor diversos avanços voltados à promoção da alimentação saudável nos espaços escolares. Isso, pois, a escola encontra-se como território estratégico para o desenvolvimento de ações intersetoriais que articulem saúde, educação e nutrição, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, para o enfrentamento das desigualdades alimentares e para o fortalecimento da cidadania alimentar (Gravino *et al.*, 2023; Oliveira; Santos, 2020).

A Educação Alimentar e Nutricional destaca-se como uma ferramenta essencial para esse processo. Segundo Magalhães; Cavalcante (2019), a EAN consiste em um conjunto de ações educativas permanentes, que visam à promoção da saúde e à garantia do direito humano à alimentação adequada, ao estimular escolhas alimentares conscientes, saudáveis e sustentáveis. A adolescência, enquanto período de consolidação de valores e comportamentos, configura-se como fase privilegiada para a intervenção pedagógica e nutricional.

Diferentemente de abordagens puramente informativas, a EAN compreende-se como um processo pedagógico participativo e dialógico, que articula os aspectos técnicos da nutrição aos elementos subjetivos, simbólicos, culturais e afetivos da alimentação. Para Boog (2017), trata-se de um processo contínuo de construção de sentidos e práticas alimentares, que reconhece o educando como sujeito ativo. Assim, a EAN proporciona a reflexão, a resignificação de práticas alimentares e a formação de atitudes críticas, contribuindo para a emancipação dos sujeitos frente à lógica de consumo imposta pelos sistemas alimentares hegemônicos atuais.

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (Brasil, 2012) reforça o caráter intersetorial, transdisciplinar e ético da EAN, destacando sua relação com a promoção da segurança alimentar e nutricional e com o desenvolvimento sustentável. Esse documento orienta que as práticas educativas devem ser baseadas em metodologias ativas e problematizadoras, considerando os contextos socioculturais, a diversidade territorial e os saberes populares dos sujeitos envolvidos. Conforme Diez-Garcia (2017), o cotidiano alimentar dos estudantes deve ser ponto de

partida para as intervenções educativas, respeitando a pluralidade de experiências e promovendo o protagonismo.

Nesse sentido, a escola não se constitui apenas espaço de consumo alimentar, mas também um território educativo, simbólico e relacional, onde vínculos são estabelecidos, valores são formados e comportamentos alimentares são socializados. Bezerra (2017) observa que a escola constitui um microcosmo da sociedade e, portanto, abrange um espaço privilegiado para compreender e transformar práticas alimentares.

Nesse escopo, o Programa Saúde na Escola (PSE) assume papel relevante ao integrar ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e educação em saúde no cotidiano escolar. Assim, o PSE potencializa as estratégias de EAN ao articular as redes de atenção básica e de educação, favorecendo a construção de práticas intersetoriais, contextualizadas e com enfoque na equidade (Brasil, 2007; Gravino *et al.*, 2023).

Complementando essa abordagem, destaca-se o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) como importante instrumento normativo e educativo no campo da EAN. A primeira versão, publicada em 2006, organizava os alimentos por grupos alimentares e porções, com enfoque da nutrição. Já a versão revisada, de 2014, representa uma mudança necessária, ao adotar a classificação NOVA, que categoriza os alimentos segundo o grau de processamento: alimentos *in natura* ou minimamente processados, processados e ultraprocessados (Brasil, 2014; Oliveira; Santos, 2020).

Esse novo modelo conceitual valoriza a alimentação como prática social, cultural e ecológica, indo além da perspectiva reducionista centrada nos nutrientes. O Guia de 2014 amplia o conceito de alimentação saudável ao incorporar princípios como a valorização da cultura alimentar, a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a autonomia dos indivíduos em suas escolhas. A chamada “regra de ouro”, ou seja, preferir alimentos *in natura* ou minimamente processados e evitar ultraprocessados, traduz esses princípios e tem orientado políticas públicas como o PNAE (Brasil, 2014; Oliveira; Santos, 2020).

Desde 2009, o PNAE passou a incorporar esses princípios ao proibir a aquisição de alimentos ultraprocessados, como refrigerantes, sucos artificiais e embutidos, com recursos públicos, ao mesmo tempo em que passou a priorizar frutas, legumes e alimentos regionais, principalmente em ambiente escolares. O Guia Alimentar, nesse sentido, torna-se referência para a construção dos cardápios escolares e para as ações de educação alimentar, orientando escolhas alimentares baseadas em critérios de saúde, cultura e sustentabilidade (Brasil, 2014; Oliveira; Santos, 2020).

Em síntese, a promoção da alimentação saudável na escola deve ir além do fornecimento de refeições adequadas. Trata-se de um processo educativo, intersetorial e contínuo, que reconhece a complexidade dos sistemas alimentares e busca transformar as práticas alimentares por meio da valorização da cultura alimentar, do fortalecimento da agricultura familiar e da construção de

ambientes escolares promotores de saúde. A articulação entre o GAPB, o PNAE, a PNAN e o PSE constituem-se um campo fértil para a implementação de ações integradas, baseadas na equidade, na diversidade e na participação social (Brasil, 2014; Gravino *et al.*, 2023; Oliveira; Santos, 2020).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com objetivo descritivo e exploratório, uma vez que busca compreender a importância e o impacto da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas estaduais do município de Aracaju/SE. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos sociais complexos, considerando o contexto em que estão inseridos e a percepção dos sujeitos envolvidos (Gil, 2008; Lakatos; Marconi, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será desenvolvida por meio de estudo de campo, aliado à pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em obras científicas, artigos e documentos oficiais que tratam da agricultura familiar, da segurança alimentar e nutricional e do PNAE, enquanto a pesquisa documental abrange legislações, resoluções e dados institucionais relacionados ao programa (Brasil, 2009; Brasil, 2013).

A coleta de dados será realizada em escolas da rede estadual de Aracaju/SE, envolvendo diferentes atores sociais diretamente relacionados à execução do programa, como gestores escolares, nutricionistas responsáveis técnicos e agricultores familiares fornecedores. Serão utilizados instrumentos como entrevistas semiestruturadas e análise documental dos cardápios escolares e dos processos de aquisição de gêneros alimentícios, visando compreender a dinâmica de implementação do PNAE no contexto local.

Para a análise dos dados, será empregada a técnica de análise de conteúdo, permitindo a organização, categorização e interpretação das informações obtidas, de modo a identificar padrões, desafios e potencialidades relacionados à inserção da agricultura familiar na alimentação escolar.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa observará as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o respeito aos participantes, a confidencialidade das informações e o uso dos dados exclusivamente para fins científicos (Brasil, 2012).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos evidenciam que a agricultura familiar desempenha papel relevante na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas estaduais do município de Aracaju/SE, contribuindo de forma significativa para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes. A análise dos dados demonstra que a inserção de gêneros alimentícios

provenientes da agricultura familiar favorece a oferta de alimentos mais frescos, diversificados e culturalmente adequados, em consonância com as diretrizes do programa (Brasil, 2009; Brasil, 2013).

Observou-se que os cardápios escolares apresentam a inclusão de produtos in natura ou minimamente processados, tais como frutas, hortaliças e legumes, o que está alinhado às recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). Essa composição contribui para a melhoria da qualidade nutricional das refeições ofertadas, favorecendo o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos, além de estimular hábitos alimentares mais saudáveis no ambiente escolar (Oliveira; Santos, 2020).

No entanto, os resultados também evidenciam a existência de entraves que dificultam a plena efetividade da política. Entre os principais desafios identificados destacam-se questões logísticas relacionadas ao transporte e à distribuição dos alimentos, dificuldades na regularidade do fornecimento por parte dos agricultores familiares e entraves burocráticos nos processos de aquisição, o que corrobora achados de estudos anteriores (Valadares et al., 2022; Silva et al., 2023). Tais fatores impactam diretamente a continuidade e a diversidade dos produtos ofertados, limitando, em alguns casos, o cumprimento integral da exigência legal de aquisição mínima de 30% da agricultura familiar.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de maior articulação entre os diferentes atores envolvidos na execução do programa, incluindo gestores escolares, nutricionistas e produtores rurais. A ausência de integração entre esses sujeitos pode comprometer o planejamento das compras, a adequação dos cardápios à produção local e a eficiência na distribuição dos alimentos, dificultando o aproveitamento do potencial da agricultura familiar como instrumento de desenvolvimento local (Santos; Torres, 2022).

Apesar desses desafios, verifica-se que a participação da agricultura familiar no PNAE tem gerado impactos positivos não apenas no âmbito escolar, mas também na economia local. A comercialização institucional por meio do programa contribui para a geração de renda no meio rural, fortalece associações e cooperativas e estimula a permanência dos agricultores no campo, reforçando a função social e econômica desse segmento (Arruda; Mascarenhas; Oliveira, 2023; Lima; Bessa; Salomão, 2024).

Dessa forma, os resultados indicam que a agricultura familiar constitui elemento estratégico para a consolidação do PNAE como política pública estruturante, sendo fundamental para a promoção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e socialmente justos. Contudo, a efetividade dessa relação depende do enfrentamento de limitações operacionais e institucionais, bem como do fortalecimento de ações integradas entre os diferentes níveis de gestão e os atores envolvidos na política.



5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância e o impacto da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas públicas estaduais do município de Aracaju/SE, considerando sua contribuição para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade alimentar. A partir dos resultados obtidos, verifica-se que a inserção da agricultura familiar no programa representa um avanço significativo no fortalecimento de políticas públicas voltadas à garantia do direito humano à alimentação adequada, ao mesmo tempo em que promove a valorização da produção local e o desenvolvimento territorial.

Constatou-se que a utilização de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar contribui para a oferta de refeições mais saudáveis, diversificadas e alinhadas às recomendações nutricionais, favorecendo o desenvolvimento dos estudantes e a formação de hábitos alimentares mais adequados. Além disso, evidencia-se que essa articulação fortalece a economia local, ao proporcionar aos agricultores familiares um canal de comercialização seguro, estimulando a geração de renda e a permanência no meio rural.

Entretanto, a pesquisa também demonstrou que a efetividade dessa política ainda encontra limitações, especialmente no que se refere a entraves logísticos, dificuldades operacionais e à necessidade de maior articulação entre os atores envolvidos na execução do programa. Tais desafios impactam a regularidade do fornecimento e a diversidade dos produtos ofertados, o que pode comprometer o pleno alcance dos objetivos estabelecidos pelo PNAE.

Dessa forma, conclui-se que, embora a agricultura familiar desempenhe papel estratégico na qualificação da alimentação escolar e na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis, sua consolidação no âmbito do PNAE depende do fortalecimento das capacidades institucionais, da melhoria dos processos de gestão e da ampliação de estratégias de integração entre produtores, gestores e demais agentes envolvidos.

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação de estudos empíricos sobre a temática, especialmente em contextos regionais específicos, de modo a aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a implementação do programa e subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de potencializar os impactos positivos da agricultura familiar na alimentação escolar e na promoção da segurança alimentar e nutricional.



REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A.F.S.; MASCARENHAS, G.M.A.; OLIVEIRA, W.H. A agricultura familiar como alternativa: em busca de segurança alimentar e nutricional. *Revista de estudos interdisciplinare*, v. 25, 2023.
- BOOG, M. C. F. Educação alimentar e nutricional: para além de uma disciplina. In: DIEZGARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.) *Mudanças alimentares e educação alimentar e nutricional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Estudo Técnico CAISAN: Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do SISVAN e do SIASI*. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), 2018. Disponível em:
https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/Estudo_tecnico_Mapainсан_2018.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutrição (CFN). *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas*. Brasília: CFN, 2012. Disponível em:
https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, para introduzir a alimentação como direito social. Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, 5 fev. 2010, p. 1; e no Diário do Congresso Nacional, sessão conjunta, 10 fev. 2010, p. 448, v. 4. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2010/emendaconstitucional-64-4-fevereiro-2010-601824-publicacaooriginal-123345-pl.html>. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, p. 1, 25 jul. 2006. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 17 jun. 2009. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 16 jul. 2009. Disponível em:
<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2009/resolucao-cd-fnde-no-38-de-16-de-julho-de-2009>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Publicado em: 17 de agosto de 2023 (atualização no portal). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasília: MS; 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Programa Saúde na Escola (PSE). Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS). Brasil: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fome Zero: uma história brasileira. Volume 1. Brasília: MDS, Assessoria Fome Zero, 2010. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; revoga as Resoluções CNS nº 196/96, 303/2000 e 404/2008. Diário Oficial da União, Seção 1, 13 jun. 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 23 abr. 2026.

CONTI, I.L.; BAZOTTI, A.; RADOMSKY, G.F.W. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produção-consumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). Revista Extensão Rural, DEAPER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.22, n.1, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179611935>

DIEZ-GARCIA, R.W. Mudanças alimentares e a educação alimentar e nutricional. In: DIEZGARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (Org.) Mudanças alimentares e educação alimentar e nutricional. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAVINO, T.V. *et al.* A utilização de metodologias ativas baseadas no guia alimentar para a população brasileira em ações de educação alimentar e nutricional nas escolas. Revista da JOPIC - Jornada Científica e de Iniciação Científica, v. 3, n. 12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/2430932.3.12-5>

GROSSI, M.E.D.; MARQUES, V.P.M.A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 18, n. 1. 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/322> Acesso em: 23 abr. 2026.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEÃO, M. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

LIBERMANN, A.P.; BERTOLINI, G.R.F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 3533-3546, 2015. DOI: 10.1590/1413-812320152011.16822014

LIMA, J.P.F.; BESSA, R.R.; SALOMÃO, P.E.A. A importância da agricultura familiar para a segurança alimentar. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, v.9, 2024. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/2611> Acesso em: 23 abr. 2026.

MAGALHÃES, Q. V.B.; CAVALCANTE, J.L.P. Educação alimentar e nutricional como intervenção em hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. *SANARE - Revista De Políticas Públicas*, v.18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36925/sanare.v18i1.1306>

OLIVEIRA, M.S.S.; SANTOS, L.A.S. Dietary guidelines for Brazilian population: an analysis from the cultural and social dimensions of food. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2519-2528, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020257.22322018

ONU. Agricultores familiares são essenciais para subsistência global, diz oficial da ONU. Brasília: ONU Brasil, 29 maio 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83273-agricultores-familiares-s%C3%A3o-essenciais-para-subsist%C3%Aancia-global-diz-oficial-da-onu>. Acesso em: 23 abr. 2026.

PEDRAZA, D.F. *et al.* Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 1551-1560, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018235.17832016

PEIXINHO, AM.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, p. 909-916, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>

SANTOS, T.T.B.; TORRES, L.R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Revista Retratos de Assentamentos*, v. 25, 2022. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2022.v25i1.503

SILVA, S.P. *et al.* Agricultura familiar e alimentação escolar: produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12734/1/BMT_76_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 23 abr. 2026.

VALADARES, A. A. *et al.* Da regra aos fatos: condicionantes da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em municípios brasileiros. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11047>. Acesso em: 23 abr. 2026.

WANDERLEY, M.N.B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de economia e sociologia rural*, v.52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>